

O SONHO DE UMA SOCIEDADE SEM RISCOS^(*)

MARIE-ANDRÉE BERTRAND

RESUMO: A autora analisa aqui a percepção do risco nas sociedades evoluídas, isto é, o contexto sociocultural que a constrói e estrutura. Investigações anteriores em sociologia da cultura e em filosofia política, permitem conceber diversas hipóteses sobre a “cultura contemporânea do risco e da insegurança”, cultura alimentada pelas transformações tecnológicas, pela decadência das instituições e pela economia de mercado. A partir desta análise, a autora constrói uma escala de valores e riscos, podendo assim situar e comparar os riscos relativos originados pelo consumo e abuso de drogas. Isto leva-a a concluir que dois tipos de interesse, económicos e políticos, corrompem as relações entre os peritos, os governantes e empresários. Os cidadãos, informados pelos meios de comunicação, puderam introduzir alterações em matéria de saúde e meio ambiente, contrariamente ao que se passa no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Percepção; Riscos; Modernidade evoluída; Pós-modernidade; Escala de gravidade dos riscos; Valores dominantes; Reacção social aos riscos.

RÉSUMÉ: L'article porte sur la perception du risque dans les sociétés avancées et le contexte socioculturel qui construit cette représentation. L'auteure rappelle les travaux en sociologie de la culture et en philosophie politique sur ces deux sujets, et avance l'hypothèse d'une «culture contemporaine du risque et de l'insécurité» nourrie par les bouleversements dont la modernité avancée est le théâtre: développement illimité des connaissances, transformations technologiques, désuétude des institutions traditionnelles, fin du plein emploi. Elle propose une échelle de gravité des risques sur laquelle elle place ceux qu'on associe à l'usage et à l'abus des drogues, des risques qui lui apparaissent de niveau faible

ou moyen dans l'ensemble. Elle met cette échelle en parallèle avec la réaction sociale à ces dangers; ceux qui touchent la santé et l'environnement mobilisent certainement les populations et les gouvernants des pays avancés, mais l'économie de marché vient poser des obstacles majeurs à une action efficace dans ces deux cas. Par ailleurs, les menaces qui pèsent sur la sécurité économique et l'emploi ne semblent pas susciter la même «reconnaissance» et sans doute faut-il voir ici la force du néo-capitalisme et de l'idéologie du marché qui rend les citoyens partiellement inconscients et les gouvernants impuissants.

Mots-clé: Perception; Risques; Modernité avancée et postmodernité; Échelle de gravité des risques; Valeurs dominantes; Réaction sociale aux risques.

ABSTRACT: The object of this article is the social perception of risk in contemporary advanced societies, as seen from the perspectives of political philosophy and sociology of norms and knowledge. Following a review of reputed essays on late and post modernity, the author posits that ours is a time of insecurity, while allowing for a growing recognition of human responsibility in risk production and maintenance. She derives from the macro analysis of late modernity a hierarchy of risks and values, in which she situates the relative dangers that drug use and abuse represent, and she then moves on to sketch out a profile of the Canadian contemporary social reaction to major risks to human health, physical environment and economic security, an exercise that validates her previous hypotheses, yet unveils the overpowering obstacles that market economy and the “economisation” of everything poses to experts' reports and political decisions in risk matters, leaving citizens' militancy and field actors to do the work.

Key Words: Perception; Risk; Late and post modernity; Hierarchy of risks; Dominant values; Social reaction to risk.

1. INTRODUÇÃO

Os investigadores e os profissionais que trabalham na área social, enquanto observadores habituais dos perigos que ameaçam a segurança individual e colectiva, são, sem dúvida, os últimos a acreditar na possibilidade de uma “sociedade sem riscos”, mais isto não significa que não sonhem com essa hipótese. Tal como demonstrado por Sigmund Freud (1967, *1899-1900*) e (1971, *1930*), a proximidade quotidiana do perigo não previne de modo algum contra o desejo de paz e segurança; pelo contrário, esta proximidade alimenta ainda mais a esperança e a necessidade dessa paz e dessa segurança. Despertos ou adormecidos, conseguimos imaginar, não poucas vezes, esse lugar onde “tudo é ordem e beleza, luxo, tranquilidade e volúpia” (Baudelaire, 1968, *1855*), e para que isso se torne menos improvável, tentamos prever os perigos e diminuir a sua frequência.

A “questão do risco” é, em si-mesma, um assunto que inquieta os cidadãos e divide os investigadores. Sobre a maneira de prever e evitar o risco, os investigadores das áreas das ciências naturais e da física, das ciências da saúde e do comportamento, têm perspectivas diferentes de um grande número de investigadores na área das ciências humanas e sociais. Entre os primeiros, os físicos e os matemáticos consideram que os seus conceitos e métodos permitem prever o risco (Amsterdamski, 1975; Carnap, 1947; Hempel, 1983; Thom, 1983, 1986, 1990, 1993). Esta é também a convicção de um grande número de especialistas das ciências da saúde e do comportamento (Bernard, 1947; Hardcastle, 1999; Laborit, 1974; Myers, 613; Requin *et coll.*, 1994).

Na família das ciências sociais e humanas, enquanto que um grupo importante partilha do ponto de vista dos especialistas das ciências naturais e recorre aos métodos experimentais na esperança de “praticar a verdadeira ciência”, uma proporção crescente adere à corrente hermenêutica e às teorias do sentido. Sem recusar os dados “duros” (*hard data*) e as séries estatísticas, que consideram como preciosos instrumentos de previsão, estes investigadores reconhecem de imediato que os seus resultados falam de **probabilidades**. Assim, quando se trata do risco, as suas diligências parecem-lhes mais capazes de estabelecer a prevenção, porque elas se

interessam pelos assuntos em questão, pela sua percepção da ameaça, pelos factores que a constroem, e pela responsabilidade que têm na sua vinda inesperada (Beck, 2001; Gauthier, 2005; Habermas, 1987; Husserl, 1985; Schutz, 1967, 1987; Rorty, 1994; Villa, 1994).

Nós partilhamos esta última perspectiva; neste artigo interessamo-nos pela **percepção do risco**, depois a sociologia das normas e dos valores, e a filosofia política. Nós somos da opinião que a percepção do risco é determinada pelas condições culturais, políticas e económicas duma determinada época e da cultura que lhe é inerente. Continuamos aqui os nossos trabalhos anteriores sobre a sociologia do desvio e da reacção social, bem como das nossas análises sobre a política das drogas (Bertrand, 2000, 1999, 1998, 1992, 1989, 1986, 1981).

A primeira parte do texto é dedicada ao **contexto social contemporâneo** e aos fenómenos que o caracterizam, nomeadamente o desmoronamento dos fundamentos do conhecimento e dos valores, as mudanças tecnológicas e os seus efeitos sobre as relações sociais, a obsolescência das instituições tradicionais, e a globalização da economia. Reunidos, estes dados constituem o que nós apelidaremos de “cultura contemporânea do risco”. Na segunda parte abordaremos dois elementos desta cultura, os **valores** e a sua hierarquia, e os **riscos**, cuja percepção decorre da importância dada a alguns bens, como a saúde, o meio ambiente, a segurança económica. Finalmente, tentamos, de uma maneira breve, situar a gravidade relativa do uso e consumo de drogas entre os riscos contemporâneos. A última parte esquematiza o quadro da **reacção social** aos riscos, no nosso meio, o Quebec e o Canadá.

Utilizaremos em intercâmbio as palavras “riscos”, “perigos”, “ameaças”, se bem que um risco não seja ainda um perigo, mas uma “proximidade apercebida” duma ameaça, ou uma “probabilidade estatística” dum acidente, duma doença ou duma desgraça. Falaremos mesmo de “perdas” e de “desgraças” percebidas como origens “anunciadas” dos riscos.

2. A CULTURA CONTEMPORÂNEA

Os autores que consagraram uma boa parte dos seus trabalhos à análise das sociedades avançadas e da sua cultura⁽¹⁾, acham que a nossa não se parece com nenhuma

outra e, sobretudo, *que ela se distingue claramente da anterior*. Saímos duma primeira “modernidade” para entrar naquilo a que alguns chamam a *modernidade avançada* (*high modernity, late modernity*) ou a *hiper-modernidade* ou a *segunda modernidade*. Outros preferem falar de *pós-modernidade*.

Mas, de que período se trata? Quando começa a nova era? Os historiadores de arte, da cultura e das letras vêem os primeiros sinais no ano de 1870; outros, em ciências humanas, vêem o seu início entre as duas guerras, ou seja, desde 1920 a 1935. No entanto, a maioria dos especialistas das ciências humanas e sociais “observam” a nascerça no decénio que se segue à Segunda Guerra mundial, desde 1950 a 1960 (Brodeur, 1993).

Quanto à extensão das transformações, todos os autores são unânimes em reconhecer, que ela é considerável. São alterações profundas, cujos efeitos provocam “insegurança”, porque afectam a nossa maneira de pensar o mundo, de nos percebermos, de representar o presente e o futuro. Tudo isto introduz modificações nas nossas práticas culturais, nas relações individuais e intergrupais, bem como nos nossos valores.

Entretanto, e se bem que de acordo sobre a panorâmica geral, os analistas estão divididos sobre vários pontos. Antes de mais, sobre o nome que se deve dar a este período. Para simplificar, repartiremos os autores por dois campos. Enquanto que Lyotard (1979) e Rorty (1990) acham que entrámos na *pós-modernidade*, vários autores, entre os quais Beck (2001), Giddens (1990), Lipovetsky (1992 e 1993), Habermas (1986, 1988), Taylor (1992) e Touraine (1992), etc., falam de *segunda modernidade*, ou de *modernidade avançada*, ver *hiper-modernidade*. Esta diferença na nomenclatura reflecte divergências mais profundas.

Para os pós-modernos, Lyotard e Rorty, a nossa época está em **ruptura** com a anterior, da qual rejeita os “grandes dogmas” e vários valores. O prefixo “pós” em pós-modernismo e pós-modernidade não se refere tanto “ao que vem depois”, mas ao que é contraditório (oposto) ao que precede. As noções metafísicas, sobre as quais tínhamos o hábito de centrar os nossos raciocínios, de estabelecer as nossas acções e os nossos julgamentos sobre a Verdade, o Bem e o Belo, perderam a sua autoridade; por outro lado, nenhuma verdade pode ser mais considerada como

universal. Este desmoronar dos grandes discursos (os três R, a Razão, a Religião e a Revolução) é um facto social inquietador. Entretanto, para os dois pensadores pós-modernos por nós citados, a perturbação em questão e as inquietações que elas suscitam têm vantagens: por exemplo, o “fim das verdades universais” deixa lugar à “diferença” – individual, sexual, moral, étnica. Por outro lado, o fim da fé na Autoridade intelectual dos sábios e o julgamento dos chefes políticos e religiosos remetem-nos para a nossa própria consciência – o que se fazia já na época das “Luzes”. Entretanto, na época contemporânea, é possível procurar e encontrar entre todos os conhecimentos disponíveis, aqueles que são os mais justos e os que se adaptam melhor à situação que se vive, à situação local, real, conforme o nosso julgamento. Podemos criticar agora as opiniões dos peritos; e tomamos consciência da responsabilidade humana naquilo que nos acontece (Lyotard, 1979, 1983, 1988; Rorty, 1989, 1990, 2001). De agora em diante, para os pós-modernos, Verdade, Bem, Belo são transitórios e locais; eles são o resultado de debates e o fruto do consenso, são “pequenos discursos” por oposição às “Grandes Narrativas”, que fundaram as certezas da época das Luzes.

Esta visão dos pós-modernos pareceu demasiado radical à maioria dos analistas que reflectem sobre a nossa época; nos seus escritos de 1990 rejeitam-na violentamente, assustados pelas suas consequências. Entretanto, vários, sem nunca o terem confessado, vão buscar elementos a essa visão para os seus escritos dos anos 2000. Mas começemos pelo que reúne os autores deste segundo grupo, que qualificam a nossa época de “segunda modernidade” ou de “modernidade avançada” e pelo o que os distingue dos pós-modernos. Segundo eles, o nosso tempo **não rompe** com a época antecedente. Mesmo reconhecendo que as ideias revolucionárias mostraram os seus limites e que as religiões estão a perder a sua força (dois dos grandes “R”), eles pensam que a Razão ainda não disse a sua última palavra e que ela permanece o instrumento indispensável do conhecimento; se ela está em perigo, é preciso salvá-la (Touraine, 1992). Entre os adeptos da “segunda modernidade”, podemos distinguir dois subgrupos, os “observadores nostálgicos” que se transformam muitas vezes em censores, como Taylor (1992), e que se

mostram muito pessimistas face a uma cultura contemporânea caracterizada pelo individualismo, hedonismo, imediatismo e culto da imagem; outros são mais inventivos, nomeadamente Giddens (1994) e sobretudo Habermas (1987, 1988) confiam no diálogo e no consenso como novos fundamentos da verdade e do bem: Muitos dão às suas análises títulos que dizem muito sobre as suas inquietações e sobre a sua ambivalência: *Grandeur et misère de la modernité* (Taylor, 1992), *L'ère du vide, essai sur l'individualisme contemporain* (Lipovetsky, 1993), *La modernité en question* (Shusterman, 1998).

Nos pós-modernos nota-se toda uma outra atitude. Richard Rorty, por exemplo, mostra o seu humor em *Contingency, Irony and Solidarity* (1989) e um optimismo realista em *Science et solidarité, la vérité sans le pouvoir* (1990).

Em resumo, para além das diferenças, os analistas da nossa época reconhecem que esta é perturbadora, portadora de insegurança, geradora de sentimentos de incerteza. Enquanto que os pós-modernos pressentem as vantagens destas transformações sem negar a sua profundidade, no outro grupo, uns angustiam-se e apelam ao regresso puro e simples à “boa velha” modernidade, ao passo que outros crêem ser possível fazer acordos entre a primeira e a segunda modernidade. Entre estes últimos, alguns reconhecem que estes tempos tumultuosos são favoráveis a uma **postura reflexiva** e, sem dúvida, preventiva, pois os conhecimentos científicos e a sua disseminação permitem hoje em dia, reconhecer a extensão da responsabilidade humana nos riscos e perigos que nos ameaçam.

Tratando-se das causas destas grandes transformações da cultura, a maioria dos autores reconhece três.

2.1. Os desenvolvimentos científicos e as transformações tecnológicas

Todos os autores citados atribuem uma grande parte das transformações que marcam a época contemporânea ao fulgor dos avanços científicos e tecnológicos testemunhados pelas sociedades mais avançadas desde o fim da Segunda Guerra mundial. Aí estão, dizem eles, as causas principais da transformação da cultura, da economia, das relações humanas.

Uma obra recentemente traduzida em francês, *La Société du risque, vers une deuxième modernité* (Beck, 2001)⁽²⁾

refere-se a estes dois factores e teve grande notoriedade. Sem contar com os periódicos alemães, franceses, americanos, canadianos, australianos, italianos e espanhóis, que publicaram este tema em vários números, bem como os colóquios, que se debruçaram sobre este assunto. A tese do seu autor, pode-se resumir do seguinte modo: ao longo dos primeiros setenta e cinco anos do século XX, caminhámos, seguros de nós, para um progresso técnico que parecia não ter fim, e que originou uma diferenciação sem precedentes dos papéis, dos géneros, das disciplinas, tantos indícios duma sociedade avançada. Esta constatação não é nova, mas a intenção do autor torna-se mais original quando ele demonstra que, não só nós tomámos consciência do facto que estes desenvolvimentos trariam consequências negativas, como reconhecemos também que estas eram *ilimitadas no tempo e no espaço*. No tempo, visto que não podemos, nem sabemos, como parar os efeitos das escolhas feitas pelos nossos predecessores nos planos técnico, industrial, económico, agrónomo e político; no espaço, porque as consequências das práticas locais, nacionais e mesmo continentais não têm fronteiras. Por exemplo, os países escandinavos, que estão entre os que mais respeitam o ambiente, vêem as suas florestas ameaçadas pelos fumos industriais das regiões vizinhas. Outro exemplo, as doenças virais: na verdade, as pandemias já existiam antes da nossa era, mas os novos hábitos de vida, as viagens frequentes e o comércio internacional fazem da ameaça do contágio um risco “imediatamente mundial”, contra o qual temos dificuldade em nos prevenir, de acordo com a maioria dos autores. Beck (2001) não partilha de todo esta opinião: não somente os progressos científicos nos podem proteger dos riscos, diz ele, como a consciência da nossa responsabilidade em toda a sua extensão nos permite fazer-lhes frente ou, em todo o caso, alertar e estimular os responsáveis políticos e os funcionários da saúde pública e do ambiente, quando esses bens (a saúde e o ambiente) estão em perigo. Por exemplo, grupos militantes e cidadãos “comuns” expostos aos riscos de cirurgias inúteis e de medicamentos, cuja inocuidade não foi provada, exigem a partir de agora que os peritos sejam mais transparentes nas suas investigações e nas suas margens de erro. Outro exemplo: é possível, hoje em dia, tanto os cidadãos, como os jornalistas terem a

possibilidade de “questionar” as decisões dos responsáveis políticos, de criticar as suas negligências e o atraso em tomar decisões em caso de urgência. E como nós já o lembrámos anteriormente, os progressos da medicina e as medidas de higiene permitem circunscrever bastante rapidamente as epidemias nos países avançados, o que torna ainda mais inaceitável a negligência das autoridades sanitárias.

É neste sentido que Beck (2001) e Giddens (1994) falam de *modernidade reflexiva* para descrever a **consciência da responsabilidade humana** em relação à incidência e à prevalência dos riscos, nomeadamente na saúde e no ambiente.

2.2. As transformações institucionais

Nem todos os riscos são “físicos” e nem todos afectam a saúde e o ambiente. Nos países evoluídos, muitos resultam da fragilização das instituições tradicionais, a família, a escola e a organização do trabalho. Esta vulnerabilidade crescente das instituições sociais, em particular no que respeita ao pleno emprego, constitui o risco **mais extenso e mais actual**. Em vinte e cinco anos, passámos do “emprego estável e a tempo inteiro” como modo de vida da maioria dos trabalhadores, a cortes em pequenos retalhos de “ocupação remunerada”. Na maioria dos países evoluídos, daqui a pouco, *por cada emprego a tempo inteiro, contaremos um emprego a tempo parcial e precário e uma pessoa sem emprego*. O trabalho precário engloba a quantidade de trabalho a realizar num determinado período de tempo, o auto-emprego (criar o seu próprio trabalho), as avenças, os períodos de desemprego temporário alternando com períodos de trabalho precário e falta de emprego. Esta precariedade, esta fragilidade e carência ameaçam a autonomia das pessoas, a sua identidade social e profissional, a possibilidade de se projectarem no futuro, a sua segurança económica individual e o bem-estar colectivo, visto que a prosperidade do grupo social e do país depende directamente dos rendimentos de cada um. Ao contrário, a proporção dos sem trabalho e dos trabalhadores a meio tempo afecta negativamente as receitas do Estado (Castel, 2003).

Como se proteger contra o risco da perda de status profissional, económico e social garantido pelo emprego estável e tradicional? De acordo com Castel, existem dois

grandes tipos de protecção. Por um lado, as protecções civis garantem as liberdades fundamentais e asseguram a segurança dos bens e das pessoas nos Estados de direito. Por outro lado, as protecções sociais “protegem” os cidadãos em caso de degradação das condições de vida e de saúde, em caso de doenças, de acidentes, de desgraças físicas e durante uma velhice sem dinheiro que pode conduzir a uma degradação social. Como se sabe, Castel escreve em França, um país fortemente centralizado, onde algumas destas protecções sociais têm, muitas vezes, mais garantias e são mais acessíveis do que no Canadá, país confederado, onde o poder central do Estado tem meios para restringir arbitrariamente os orçamentos das províncias e das regiões em matéria de saúde, educação, bem-estar e mão-de-obra. Portanto, é verdade que, tanto aqui como em França, e nos outros países ricos e democráticos, no que diz respeito às protecções civis (individuais) e sociais, nós vivemos “nas sociedades mais seguras que jamais existiram”, mesmo se esta nova segurança traz inconvenientes. Com efeito, aparecem novos perigos associados “ao excesso”. Por exemplo, o risco de morrer em consequência da obesidade é talvez, de agora em diante, mais difundido do que o risco de morrer de fome, e os nossos hábitos sedentários (favorecidos pelas novas tecnologias) são responsáveis por muitas doenças. Apesar de tudo, *as nossas vidas decorrem sem rede* como foi o caso para a maioria dos nossos antepassados. Mas, por um lado, no sistema neo-liberal, as malhas da rede são cada vez mais frouxas e, por outro lado, a rede da assistência social pode-se revelar tão destrutiva como a ausência de rede, como a pobreza e a carência o eram para os nossos antepassados.

O mais admirável, é que apesar desta “rede”, as preocupações com a segurança são omnipresentes.

Como explicar este paradoxo? É preciso, diz Castel (2003) acabar com a **oposição insegurança e protecção** como se elas pertencessem a dois registos diferentes da experiência colectiva. A insegurança não é a ausência de protecção, mas a sua “sombra negra”: o nosso universo organiza-se à volta duma procura sem fim de protecção, uma busca desesperada pela segurança à medida dos riscos perce-

bidos, e estes, são, sem dúvida, cada vez mais e melhor conhecidos. O nosso conhecimento “calculado” dos riscos, das suas probabilidades, incita-nos a “pagar” a nós mesmos seguros contra todos os riscos, a reclamar aos poderes públicos uma protecção total contra tudo o que ponha em perigo a ordem e a segurança pública e privada. Em suma, reclamamos às nossas seguradoras e ao Estado condições de vida donde o risco é excluído, “uma sociedade sem riscos”, que nós consideramos como um direito.

Outras instituições sociais foram igualmente objecto de grandes transformações (Deleuze, in Castel, 2003); as profissões ligadas às humanidades e às biomédicas tiveram que rever os seus papéis, as suas funções, aceitando, que a partir de agora, as suas práticas se situam “entre” a família e a escola, “entre” a escola e a rua. Há trinta anos atrás, nos anos 1970-1979, estas alterações visavam a desarticulação das instituições (desinstitucionalização), e eram pensadas como uma “autonomização das pessoas”. No entanto, a partir de 1980 assiste-se ao regresso do “controle sobre os clientes” em nome da lógica do Estado. À luz dos riscos e da necessidade de controlo social, médico, penal, nomeadamente com a chegada do VIH e dos fluxos migratórios, observa-se uma fragilização económica de grandes franjas da população nos países ricos. Às profissões ligadas às humanidades e às biomédicas foi confiada a missão de **repor a ordem** na cidade, de conter os novos problemas. Algumas vezes, estas profissões confiaram a elas mesmas esta missão, “agravando” os problemas sociais, que, não mereciam todos esta dramatização, pois elas pressentiam que disso dependia a sua pertinência aos olhos do Estado (Carrier e Quirion, 2003).

2.3. Economia de mercado

Uma outra transformação social de grande poder veio revolucionar todas as relações a partir do meio de 1980, isto é, a passagem do capitalismo do Estado ao neoliberalismo e à lei do mercado, aos quais os Estados nacionais, longe de resistir, se submeteram, sujeitando-lhes, por consequência, os seus empregados e profissionais da saúde e dos serviços sociais. Por exemplo, os controlos sociais e penais sobre os marginais e os beneficiários sociais (Hermer e Mosher, 2005), obedeceram cada vez

mais a considerações económicas do que a preocupações com o bem comum ou com os valores do Estado providência. Pode-se ver um outro exemplo no processo de “agravamento”, de que falavam Carrier e Quirion (2003), quando se trata das intervenções, quer a nível social, quer a nível médico, entre os consumidores de opiáceos.

Pode-se ligar este último exemplo a outras manifestações relativas à influência da lei do mercado e ouvidas recentemente em Montréal: um grupo de residentes dum bairro de “risco”, proprietários, com idades compreendidas entre os quarenta e os cinquenta anos, pessoas politizadas, altamente educadas e partilhando, na sua maioria, ideias de esquerda, **exigem** da polícia que esta “transfira” os consumidores de droga por via endovenosa e as prostitutas, porque a sua presença “faz baixar o valor das propriedades” na zona. Este tipo de propostas não é novo, mas já não vem de pessoas idosas e vulneráveis, como foi o caso em Vancouver e Toronto durante os inquéritos nacionais sobre a prostituição nos anos oitenta. O mesmo motivo pecuniário, mas em sentido contrário, dum proprietário dum café situado na mesma zona, que se **opõe** a que se expulse as prostitutas, pois a “reputação” (exótica) do bairro atrai os “visitantes”. Além disso, os drogados e as prostitutas são “bons clientes” do seu restaurante e do pequeno comércio de vestuário da zona, e ele gosta muito deles. Instrumentalização financeira da marginalidade no segundo caso, vontade de exclusão motivada pelo interesse pessoal e financeiro, no primeiro caso.

Na verdade, haveria muitas outras coisas a dizer sobre a globalização económica mundial e os seus efeitos sobre a cultura, as instituições sociais, os aparelhos de governação e as relações sociais. Esta ideologia da produtividade, do lucro máximo, vem perverter todas as relações e dominar todas as decisões. Por exemplo, a mercantilização das relações e das lógicas económicas que regula as relações entre o Leste e o Oeste, o Norte e o Sul. Quando os Estados nacionais se recusam a modificar as suas políticas em matéria de ambiente ou transferem os seus prazos até 2010 ou 2015, eles fazem-no para não se privarem de “imediato” (durante o mandato do partido no poder) dos lucros que eles tiram da presença de empresas petrolíferas, florestais ou farmacêuticas sediadas no seu território. Quando eles se submetem aos acordos internacionais, eles também o

fazem na esperança de conseguirem vantagens financeiras e benefícios crescentes. Outro exemplo: tendo legalizado os jogos de azar, os Estados hesitam em *reduzir a acessibilidade* a este jogos, ou recusam-se mesmo pura e simplesmente a fazê-lo, com o risco de subvencionar, por fora, os serviços de reabilitação para os jogadores compulsivos... A lei do lucro sobrepõe-se. Um estudo em curso mostra, que nem a Grã-Bretanha, nem a Austrália, nem o Canadá podem já dispensar os milhares gerados pela indústria dos jogos de azar (Campbell, Hartnagel e Smith, a publicar em 2005-2006). As receitas dos anos anteriores figuram **já** num bom lugar na coluna dos “lucros descontados” de cada um destes países: Esquecendo a sua missão de guardião do bem comum, o Estado comporta-se, ele próprio, como “dinamizador” de riscos.

3. UMA ESCALA DE GRAVIDADE DOS RISCOS E VALORES

Um dos objectivos a que nos propusemos neste artigo é de introduzir uma **escala de valores** dos riscos contemporâneos, ligada à **percepção da gravidade dos riscos**, e de situar os perigos relativos que representam o consumo e o abuso de drogas.

3.1. Uma escala de riscos

Os autores estão de acordo em reconhecer que a nossa época vive sob a ameaça de três tipos de riscos.

Os primeiros ameaçam **a vida humana, a saúde e a integridade das pessoas, e a sua dignidade**. Estes serão de nível «1» ou de nível máximo, quando são extensos próximos e eminentes. Os mais mortais e os mais «extensos» são sem dúvida provocados pelas guerras e pelos conflitos armados, que são por seu lado as causas da pauperização, da desorganização social e das deslocções. Nos países pobres e nas regiões desertificadas, que são muitas vezes a sede destas desgraças, o número de mortes consecutivas contam-se pelas centenas de milhares, e mesmo milhões. As epidemias e as catástrofes naturais têm muitas vezes efeitos comparáveis em extensão e gravidade, nesses mesmos países. À escala do planeta, estas ameaças são consideráveis, os riscos de perder a vida ou ver a sua existência comprometida para sempre por

causa destes infortúnios são iminentes **localmente** ou **regionalmente**, são por isso riscos de nível 1. Nos países ricos e evoluídos estes riscos não têm esta extensão nem esta iminência, pelo menos até agora. E as suas consequências, em caso de epidemias, não têm assim esta extensão.

No segundo tipo de riscos, contam-se os efeitos negativos dos desenvolvimentos tecnológicos e dos nossos próprios hábitos de vida sobre **o ambiente, os recursos naturais** e as espécies vivas. Os riscos não são todos iminentes, mas aproximam-se, e os estragos poderão ser ilimitados nos países industrializados. São riscos de nível elevado pela sua extensão e fatalidade.

Os perigos do terceiro tipo nascem da transformação e da decadência das instituições tradicionais, a família, a escola, a igreja, e da nova desorganização do trabalho que traz riscos acrescidos de insegurança social e económica nos países avançados como o nosso. São ameaças em expansão e de nível 1 ou 2, na nossa opinião, pela sua presença, já manifestada, pela sua extensão e pelos valores postos em questão.

3.2. Uma escala de valores

Nos países evoluídos e democráticos, estamos todos de acordo, parece-nos, em reconhecer que a vida humana, a integridade física das pessoas e a sua dignidade são valores básicos, que é preciso defender a todo o custo. A prova é a parte dos orçamentos nacionais afecta aos cuidados de saúde, o número de mecanismos e de recursos nacionais e internacionais que se preocupam com esses mesmos valores, as cartas dos direitos, as disposições dos códigos civis e penais, e as “reivindicações” populares de cuidados, cada vez mais extensos, imediatos, caros, com uma exigência que não conhece limites. Quando o risco de perder esses “bens” é sentido como extenso, próximo, e iminente, ele torna-se de nível 1, é risco máximo. E isto percebe-se bem, quando se anunciam epidemias e catástrofes naturais (das quais, os países evoluídos sabem, entretanto, proteger-se).

Mas acontece que perigos **raros** mobilizam os recursos máximos de alerta, como é o caso, por exemplo, das ameaças terroristas ou de homicídio. O assassinio é um exemplo contrário interessante. Apesar dele atacar

directamente o valor mais caro, a vida humana, a sua frequência no Canadá é muito baixa, e mais ainda no Quebec. É um acontecimento muito raro (menos de 2,8 por 100 000 habitantes). No entanto, os meios postos à disposição para dissuadir os potenciais autores e prevenir o seu gesto são consideráveis, muito dispendiosos, e de tecnologia de ponta. Outro exemplo: os riscos de ataques terroristas que se aproximam talvez de nós, mas cujas vítimas, nos países ocidentais, são pouco numerosas. Nestes casos não se pode falar de riscos de nível elevado, tendo em conta sua extensão e a sua iminência. No entanto, os meios utilizados para os impedir são enormes. Por oposição, conhecemos no Canadá, nos últimos vinte anos, pelo menos quatro casos de ameaças **comprovadas** contra a vida e a saúde. Qual foi a reacção dos responsáveis pela saúde pública nessas ocasiões? Lembrar os factos pode-nos ajudar a compreender as lógicas em jogo. Trata-se:

- (a) do caso do sangue contaminado;
- (b) do aparecimento do VIH e da hepatite C;
- (c) da epidemia do SRAS⁽³⁾;
- (d) da poluição da água potável em Walkerton.

Em todos estes quatro casos os receios eram fundamentados; nos anos 1980, o perigo era extenso e iminente. Alguns receios realçavam os limites da ciência (VIH nos anos 80 e o SRAS ainda recentemente). As medidas postas em prática e os progressos da ciência permitiram limitar os estragos.

Mas nos dois outros casos, os das reservas de sangue e da água potável, observaram-se comportamentos negligentes, mentiras, irresponsabilidade profissional e política, que fazem perdurar os riscos, causam a morte ou graves danos à saúde dos cidadãos. Aparece aqui a fragilidade dos controlos "públicos", mas também a dissimulação, a mentira e manobras fraudulentas. Se bem que a responsabilidade criminal de alguns intervenientes, bem como a sua responsabilidade civil tenha sido estabelecida, quer no Canadá, quer em França, e tenha havido compensações financeiras para as vítimas no caso do sangue contaminado; os responsáveis pela poluição da água potável em Ontário, foram submetidos a dois tipos de sanções.

Comparados aos riscos precedentes, será que os riscos associados ao consumo e ao abuso de drogas ilícitas são importantes no Canadá e no Quebec?

Consumo de drogas por via intravenosa é um factor de risco de transmissão da sida, da hepatite C e outras infecções que podem ser contraídas através de relações não protegidas. O risco foi real e extenso durante os anos 80, mas a ameaça já não é da mesma categoria, porque, por um lado, com as terapias trifásicas e outros medicamentos, a sida já não é mortal nos países ricos. Por outro lado, os programas de redução de riscos atenuaram o número de casos de infecções atribuídas aos utilizadores de drogas injectáveis (UDI) com o estabelecimento de locais de trocas de seringas, lugares de consumos protegidos, e de tratamentos de substituição limitando o recurso a drogas ilícitas⁽⁴⁾. Além disso, persegue-se, agora, por conduta perigosa e comportamento fraudulento os portadores de sida que têm relações sexuais não protegidas com parceiros não advertidos do seu estado.

A embriaguez ao volante é uma fonte de perigos reais para a vida dos outros, mas a sua incidência diminuiu consideravelmente, sob a acção conjunta das sanções civis e penais (apreensão da carta de condução, pontos de demérito, sanções financeiras, pena suspensa e controles na comunidade, até mesmo, privação da liberdade) e campanhas de prevenção. A violência atribuída à embriaguez é invocada como factor provocador de feridas mortais nas relações íntimas, mas a frequência deste tipo de dramas é pouco elevada.

Quanto ao **consumo ocasional ou regular, mas moderado** de drogas lícitas e ilícitas, não foram contabilizados os danos para a colectividade. A compra e venda de drogas ilícitas constituem uma actividade arriscada, os perigos, neste caso, são atribuíveis à proibição.

A dependência de drogas ilícitas (e lícitas) é um verdadeiro problema para os interessados e muitas vezes para os seus familiares. Ela é muitas vezes a causa da diminuição da produtividade profissional, social, económica e política. No entanto, a dependência não é contagiosa, do mesmo modo que as **overdoses**, eventualmente mortais. São comportamentos que não se inserem na nossa análise, cujos limites foram traçados na introdução deste artigo.

O que nos interessa aqui são os **factores macro-sociais** e políticos que transformam o consumo e o abuso **em riscos**. Tal é o caso da proibição (Bertrand, 2000). O estado dos conhecimentos tecnológicos e químicos, permitindo a milhares de cidadãos fabricarem os seus concentrados, torna-se gerador de riscos, sempre em função da interdição que impede todo o controle de qualidade e de preços. A mesma dinâmica no que diz respeito à cultura ilícita de ópio nos países pobres e em guerra, no Afeganistão por exemplo, onde os lucros gerados constituem um meio de sobrevivência (Bertrand, 1999, 2000).

Em suma, os riscos associados ao **consumo e abuso** de drogas são de nível médio ou baixo. Os riscos colectivos são provocados pelo estatuto ilegal das substâncias, o que foi bem compreendido pelos instigadores dos programas de redução de riscos.

4. A REACÇÃO SOCIAL

A reacção social ao risco constrói-se com o concurso de vários actores: os peritos, os media, os trabalhadores de campo, as associações de cidadãos e grupos militantes, as vítimas e os aparelhos de Estado, que muitas vezes são as mais lentas a meter-se ao trabalho. Nem todos os actores reagem em virtude das mesmas lógicas; uns tentam proteger as suas vantagens pessoais ou corporativas e a sua reputação, outros os seus capitais, e alguns o bem comum. Na ordem cronológica os peritos são aqueles que tocam o despertar e “anunciam” os riscos. Em todo o caso, é o que espera deles, mas eles não são os únicos a poder fazê-lo, pois os intervenientes no terreno e as vítimas estão muitas vezes mais bem informados. Além do mais, os dados defendidos por uns e por outros, não são todos desinteressados nem fiáveis. Por exemplo, peritos, responsáveis políticos e profissionais ao serviço do Estado têm todos razões para se calar (durante um tempo) face aos riscos e de não reagir rapidamente. Entre estas razões, as mais frequentes são os custos previstos para modificar uma política, as práticas, os produtos, pagar os danos às vítimas, empreender os trabalhos de resgate das fontes naturais avariadas. Mas uma outra razão incita ao segredo: os danos à reputação — dos peritos, dos profissionais, dos responsáveis políticos, que deveriam desmentir as suas opiniões anteriores.

Pior ainda: os peritos não estão todos ao serviço do Estado. A maioria trabalha em laboratórios de grandes indústrias químicas, farmacêuticas, alimentares, florestais, etc. Nestes casos, as lógicas que favorecem o secretismo sobre os riscos e encorajam a mentira sobre a eficácia dos produtos, são cada vez mais de nível económico. No domínio dos medicamentos, por exemplo, as pesquisas estão muitas vezes marcadas por enviesamentos “voluntários” e sem contar com o número de produtos que as direcções de saúde tiveram de retirar do mercado, quer por serem totalmente ineficazes, ou por terem efeitos secundários “escondidos”. Além disso, os peritos que trabalham nas empresas privadas ou mesmo aqueles que trabalham nos serviços públicos, como as universidades e os hospitais, têm um dever de discrição e não podem divulgar dados que contradigam os “relatórios oficiais” sem pré-aviso e autorização. Os casos de despedimento por incumprimento destas regras não são raros. (St-Onge, 2004).

Os cidadãos estão cada vez mais conscientes destes jogos e do facto de eles serem as verdadeiras vítimas dos riscos não admitidos e não assumidos, pelos quais, eles ou os seus filhos, irão “um dia”, pagar os custos. É neste clima de meias-verdades, de mentiras flagrantes, e de falta de vontade política que os cidadãos tentam fazer valer os seus pontos de vista sensatos e de realizar eles mesmos correcções. Eles raramente têm acesso directo aos relatórios dos peritos, a não ser como vítimas ou por pedido, mas o jornalismo científico e as emissões de informação são fontes quase suficientes para tudo o que está relacionado com a saúde, o ambiente, e mesmo com a economia e com a organização do trabalho. Os cidadãos seguem assim os debates entre os peritos, conhecem as conclusões dos relatórios de inquéritos sobre os comportamentos irresponsáveis dos científicos, ficam a saber as iniciativas sociais, e interessam-se por elas, algumas vezes activamente. Sem os media, a reacção social e a acção dos cidadãos seriam impensáveis. É neste sentido, igualmente, que a nossa época é diferente das anteriores, pela abundância e acessibilidade aos conhecimentos, e a liberdade com que se dissemina a informação.

São os próprios cidadãos, as associações militantes, os pequenos partidos políticos defensores da ecologia, da “simplicidade de vida”, das cooperativas alimentares, as

associações de vítimas de situações de risco (embriaguez ao volante, posse de armas de fogo, fumo passivo), que contribuem algumas vezes para alterar as normas legais e sociais, e as práticas em matéria de energia, de exploração da floresta, utilização dos cursos de água, da nutrição. É sob a sua pressão, nomeadamente do grupo das vítimas, que os governos se “mexem”, porque estes grupos sabem mobilizar o eleitorado.

Em suma, Lyotard, Rorty e Habermas têm razão em dizer que os “pequenos discursos” são agora a “verdade” que constroem a consciência social e de cidadania, bem como os consensos locais e regionais, e que vieram substituir os grandes discursos. Nestes discursos se desperta para a percepção dos riscos e se desenvolve o sentido da responsabilidade comum perante os perigos anunciados, a sua proximidade, a sua extensão e os seus efeitos.

Se a reacção social e a acção do cidadão se baseiam bastantes vezes na prevenção dos riscos na saúde e no ambiente, este não é o caso, no que diz respeito ao trabalho, mesmo sendo verdade que os movimentos em prol da economia social e da simplicidade voluntária se aproximam, sem ter impacto directo sobre o acesso ao trabalho remunerado.

5. CONCLUSÃO

Nos países ocidentais, os cidadãos foram atingidos nos fins dos anos 50 pela vaga “tsunâmica” do liberalismo moral, económico e social, e por um certo capitalismo de Estado, e de tal maneira, que eles acreditaram na chegada da sociedade “da felicidade”, na liberdade e na abundância. O despertar foi brutal. Ininterruptamente, tomaram consciência dos efeitos exagerados da industrialização, do reino das máquinas e da técnica que vieram substituir a mão-de-obra humana, e do fim dos recursos naturais. Seguiram-se o choque petrolífero, a sida, o fim do crescimento económico e o começo do neoliberalismo e da globalização das trocas. Tudo isto, com os direitos do homem como pano de fundo, vem estruturar a cultura do risco.

Não é de espantar que os habitantes dos países ocidentais tenham tido alguma razão de sobre-avaliar a vida e a saúde e dramatizar excessivamente os perigos que eles corriam. Mas, porque se trata de países ricos, a reacção, segundo a

nossa opinião, ultrapassou o perigo. A qualidade de vida no Canadá, de acordo com a avaliação internacional, é considerada uma das melhores; a OMS calcula que a protecção à vida e à saúde está relativamente bem assegurada no Canadá. Quanto ao ambiente, é verdade que está mais ameaçado, ou pelo menos, menos protegido aqui que em alguns países escandinavos. Nestas duas frentes, saúde e ambiente, a reacção social é assumida, e apesar das falhas e das mentiras ocasionais da ciência e dos responsáveis, e da lentidão dos governantes, o movimento de vigilância “popular” parece irreversível.

Durante este tempo, a ameaça imediata, extensa, grave, para a qual não há nenhuma protecção, situa-se no mundo do trabalho e do emprego, ameaça crescente, que atinge já metade da mão-de-obra activa e brevemente três quartos. Como se vê, nem todos os riscos suscitam o mesmo interesse e o mesmo empenho entre os canadianos. Estes estão conscientes dos danos contra o ambiente, formam por vezes grupos de pressão e aceitaram mesmo alterar os seus hábitos de vida, a fim de diminuir os danos provocados pelo consumo de petróleo, electricidade e mesmo de água. Relativamente à saúde, alteraram os seus hábitos alimentares, conscientes do valor deste “bem” e dos custos de doença. Sem renunciar ao consumo moderado de álcool, escolheram os produtos e a frequência recomendadas e razoáveis; são, aliás, bastantes aqueles que deixaram de fumar. Para proteger o ambiente, muitos escolheram o transporte colectivo, para melhorar o seu estado físico outros recomeçaram a praticar desportos, a maior parte deles, aconselhados.

Relativamente ao trabalho regular a tempo inteiro e à sua diminuição, é preciso admitir que, para uma proporção não negligenciada de cidadãos, o trabalho avençado ou os contratos a termo certo são uma escolha e correspondem a um estilo de vida. Mas, se acreditarmos nos sociólogos do trabalho, são muito raras as pessoas que não desejam a vantagem dum trabalho seguro e decente.

A nível dos valores, as mutações são consideráveis. O direito à diferença de que falam os pós-modernos é quase ilimitado, particularmente no Quebeque, onde o clima de tolerância e a capacidade de viver em conjunto na diversidade cultural, social e moral, são invejadas por inúmeros observadores e analistas. Diversidade que, por

um lado reflecte as transformações culturais e as acelera. Se esta abertura merece felicitações, convém também analisar os “motores”. Um exemplo entre centenas: os comerciantes de alguns bairros de Montréal pensam que a “parada gay” atrai mais de 100 000 pessoas à metrópole, porque isto significa uma contribuição financeira considerável e vem confirmar a “boa reputação” do Quebeque, a sua capacidade de aceitar as diferenças de todo o género. Este último motivo tem alguma grandeza, mas no fundo, o que se aprecia, é o poder de compra dos homossexuais e lésbicas, neste caso concreto, e, na generalidade o “valor comercial” ligado à reputação de abertura de Montréal. Em suma, como diz Lyotard, é a mercantilização de todas as coisas. (1979, 8-9).

Contacto:

Marie-Andrée Bertrand
 Professora emérita, investigadora
 Centre international de criminologie comparée – Université de Montréal
 C.P. 6128, Succursale Centre-ville
 Montréal (Québec) – H3C 3J7
 Tel: (514) 343-6582
 Fax: (514) 343-2269
 E-mail: bertrandumontreal@videotron.ca

NOTAS

(*) Artigo publicado em *Drogues, Santé et Société*, vol. 4, nº. 2, pp. 9-41 (www.drogues-sante-societe.org)

(1) Por cultura, entendemos a representação que uma sociedade faz do conhecimento, da ciência e da sua validade, das artes, dos valores, do modo de viver em conjunto e do bem-estar, das instituições sociais e políticas e da sua pertinência.

(2) Edição original alemã de 1989.

(3) O SRAS (síndrome respiratório agudo e grave) é primeira doença grave e transmissível a aparecer no século XXI. A epidemia, oriunda da China no fim de 2002, alastrou-se a nível mundial em 2003, originando mais de 8 000 casos e perto de 800 mortes (ver: cronologia dum serial killer). Graças a uma mobilização internacional sem precedentes, motivada pelo alerta mundial da OMS em 12 de Março de 2003, a epidemia

pôde ser travada através de medidas como o isolamento e a quarentena. Do mesmo modo, o agente causador do SRAS, um vírus coronário totalmente desconhecido, pôde ser rapidamente identificado.

(4) Entretanto, em Julho de 2005, notou-se, em Montréal, um aumento do número de jovens consumidores de drogas com sida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amsterdamski, Stefan (directeur d'édition) (1990). *La querelle du déterminisme*. Paris: Éditions Gallimard, 287 p.

Amsterdamski, Stefan (1990). «Halte aux espoirs, silence aux accusations». In S. Amsterdamski, *La querelle du déterminisme*. Paris: Gallimard, p. 228-246.

Baudelaire, Charles (1968 [1855]). «L'invitation au voyage». *Les Fleurs du mal*. Paris: Librairie José Corti, p. 112-113.

Beck, Ulrich (2001). *La société du risque*. Paris: Aubier, 521 p.

Beck, Ulrich (2000). *What is globalization?* Cambridge Polity Press, 180 p.

Beck, Ulrich (2000 a). *The brave new world of work*. Malden, Mass.: Polity Press, 202 p.

Berger, Peter and Thomas Luckmann (1967). *The Social Construction of Reality. A Treatise in the Sociology of Knowledge*. Garden City, New York: Anchor Books, 219 p.

Bernard, Claude (1947). *Principes de médecine expérimentale*. Les Presses universitaires de France, 304 p.

Bertrand, Marie-Andrée (1999). «Le droit de aa drogue comme instrument de mondialisation». In J. Feest, directeur d'édition, *Globalization and Legal Cultures*. Onati Papers nº 7. Onati, Spain: International Institute for the Sociology of Law, p.113-137.

Bertrand, Marie-Andrée (1998). «Réflexion sur la décriminalisation de l'intervention». In *Europa, ta jeunesse t'interpelle*. Canteleu: Éditions ANPASE, p. 125-156.

Bertrand, Marie-Andrée (1992). «La situation des drogues en Amérique du Nord». In F. Caballero, directeur d'édition, *Drogues et droits de l'homme*. Paris: Les Empêcheurs de danser en rond, p. 111-129.

Bertrand, Marie-Andrée (1989). «Résurgence du mouvement antiprohibitionniste». *Criminologie*. 22 (I), p. 121-133.

Bertrand, Marie-Andrée (1986). «Permanence des effets pervers et résistance au changement des lois sur les drogues». *Déviance et société*. 10 (8), p. 177-191.

- Brodeur, Jean-Paul (1993). «La pensée postmoderne et la criminologie». *Criminologie*. 26 (1), p. 74-121.
- Campbell, Colin, Timothy F. Hartnagel e Garry Smith (2005). *The legalization of Gambling in Canada*. Ottawa: Commission du droit du Canada, et UBC Press [à paraître en 2005-2006].
- Carrier, Nicolas et Bastien Quirion (2003). «Les logiques de contrôle et l'usage des drogues illicites». *Drogues, santé et société. Réduction des risques et des méfaits*. Sous la direction de P. Brisson, 2 (1) [Non paginé sur le site de la revue].
- Carnap, Rudolph (1947). *Meaning and necessity*. Chicago: University of Chicago Press, 210 p.
- Castel, Robert (2003). *L'insécurité sociale; qu'est-ce ce qu'être protégé?* Paris: Seuil, 95 p.
- Castel, Robert (1995). *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris : Fayard, 490 p.
- Castel, Robert (1981). *La gestion des risques*. Paris: Éditions de Minuit, 227 p.
- Commission du droit du Canada (2004). *What is a crime?: defining criminal conduct in contemporary society*. Edited by The Law Commission of Canada. Ottawa: Commission du droit du Canada, et UBC Press, 194 p.
- Commission du droit du Canada (2003). *Qu'est-ce qu'un crime? des défis et des choix. Document de discussion*. Ottawa: Commission du droit du Canada, 62 p.
- Freud, Sigmund. (1967). *L'interprétation des rêves*. Paris: Presses universitaires de France, 573 p.
- Freud, Sigmund (1971). *Malaise dans la civilisation*. Paris: Presses universitaires de France, 107 p.
- Giddens, Anthony (1994). *Les conséquences de la modernité*. Paris: L'Harmattan, 129 p.
- Habermas, Jurgén (2004). *Le "concept" du 11 septembre: dialogues à New York, octobre-décembre 2001. Jacques Derrida/Jurgén Habermas, avec Giovanna Borradori*. Paris: Galilée, 243 p.
- Habermas, Jurgén (2003). *L'éthique de la discussion et la question de la vérité*. Paris: Grasset, 87 p.
- Habermas, Jurgén (2002). *L'avenir de la nature humaine: vers un eugénisme libéral?* Paris: Gallimard, 180 p.
- Habermas, Jurgén (1993). *La pensée postmétaphysique: essais philosophiques*. Paris: Collin, 286 p.
- Habermas, Jurgén (1990). *Moral consciousness and communicative action*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 225 p.
- Habermas, Jurgén (1988). *Le discours philosophique de la modernité, douze conférences*. Paris ; Gallimard, 484 p.
- Habermas, Jurgén (1987). *Logique des sciences sociales et autres essais*. Paris: Presses universitaires de France, 459 p.
- Habermas, Jurgén (1988). *On the logics of social sciences*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Habermas, Jurgén (1987). *Théorie de l'agir communicationnel*. Paris: Fayard.
- Habermas, Jurgén (1973). *Connaissance et intérêt*. Paris: Gallimard, 210 p.
- Hardcastle, Valerie Gray (1999). *Where biology meets psychology*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 391 p.
- Hempel, Karl (1983). *Methodology, epistemology, and philosophy of science*. Boston, U.S.A: D. Reidel, 424 p.
- Hermer, Joe et Manet Mosher. *The Constitution of Welfare Crime*. Ottawa: Commission du droit du Canada et Vancouver, UBC Press. [À paraître en 2005-2006].
- Hilyard, Paddy, Christina Pantazis, Steve Tombs et Dave Gordon, directeurs d'édition (2004). *Beyond Criminology. Taking Harm Seriously*. London: Pluto Press, 332 p.
- Husserl, Edmund (1998). *Idées directrices pour une phénoménologie*. Paris: Gallimard, 567 p.
- Laborit, Henri (1974). *La nouvelle grille*. Paris: Gallimard, 343 p.
- Husserl, Edmund (1985). «Première leçon». *L'idée de la phénoménologie, cinq leçons*. Paris: Presses universitaires de France, p. 37-49.
- Lipovetsky, Gilles (1993). *L'ère du vide, essai sur l'individualisme contemporain*. Paris : Gallimard, 327 p.
- Lipovetsky, Gilles (1992). *La Crépuscule du devoir. L'éthique indolore des nouveaux temps démocratiques*. Paris: Gallimard, 292 p.
- Lyotard, Jean-François (1983). *Le différend*. Paris: Editions de Minuit, 279 p.
- Lyotard, Jean-François. (1979). *La condition postmoderne*. Paris: Les Editions de Minuit, 109 p.
- Lyotard, Jean-François (1979). *Rapport sur les conditions du savoir dans les sociétés industrielles le plus développées*. Québec: Conseil des Universités, 121 p.
- Myers, Anne, et Christine H. Hansen (2003). *Psychologie expérimentale*. Paris: De Boeck, 613 p.
- Pomian, Krzysztof (1990). «Le déterminisme, histoire d'une problématique». [In S. Amsterdamski, directeur d'édition, *La querelle du déterminisme*] Paris : Gallimard, p. 11-60.

- Requin, Jean, Marc Richelle, Michèle Robert et Gilles Kirouac (1994). *Traité de psychologie expérimentale*. Paris: Presses universitaires de France, 344 p.
- Rorty, Richard (1995). *L'espoir au lieu du savoir : introduction au pragmatisme*. Paris: Albin Michel, 149 p.
- Rorty, Richard (1994). *Objectivisme, relativisme et vérité*. Paris: Presses universitaires de France, 248 p.
- Rorty, Richard (1990). *Science et solidarité. la vérité sans le pouvoir*. Paris: Éditions de l'éclat, 111 p.
- Rorty, Richard (1989). *Contingency, Irony and Solidarity*. U.K., Cambridge: Cambridge University Press, 201p.
- Saint-Onge, Jean-Claude (2004). *L'envers de la pilule*. Montréal: Les Éditions Écosociété, 228 p.
- Schutz, Alfred (1998). *Éléments de sociologie phénoménologique*. Paris et Montréal: L'Harmattan, 156 p.
- Schutz, Alfred (1987). *Le chercheur et le quotidien; phénoménologie des sciences sociales*. Paris: Méridiens Klincksieck, 286 p.
- Schutz, Alfred (1967). *The Phenomenology of the Social World*. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 255 p.
- Shusterman, Richard, directeur d'édition (1998). *La modernité en question, de Richard Rorty à Habermas*. Paris: Cerf, 450 p.
- Taylor, Charles (2004). *Modern social imaginaries*. Durham: Duke University Press, 215 p.
- Taylor, Charles (1992). *Grandeur et misère de la modernité*. Montréal: Bellarmin, 150 p.
- Thom, René (1993). *Prédire n'est pas expliquer*. Paris: Flammarion, 175 p.
- Thom, René (1990). «Postface au débat sur le déterminisme». In S. Amsterdamski, directeur d'édition, *La Querelle du déterminisme*. Paris: Gallimard, p. 266-280.
- Thom, René. (1986). *La philosophie des sciences aujourd'hui*. Paris: Gauthier-Villars, 187 p.
- Thom, René (1983). *Paraboles et catastrophes*. Paris : Flammarion, 193 p.
- Touraine, Alain. (2003). *La globalisation: réalités, idéologies et déclin*. Montréal: HEC, 39 p.
- Touraine, Alain (1992). *Critique de la modernité*. Librairie Arthème Faillard, 509 p.
- Touraine, Alain (1999). *Comment sortir du libéralisme*. Paris: Fayard, 164 p.
- Villa, Vittorio (1994). *La science du droit*. Paris, L.G.D.J., et Bruxelles: Story-Scientia, 209 p.
- Von Glasersfeld, Ernst (1995). *Radical Constructivism*. London: Routledge Falmer, 213 p.